

PIERRE KLOSSOWSKI  
NIETZSCHE E O CÍRCULO VICIOSO  
Trad: anônimo do séc XX

Nota adicional à semiótica de Nietzsche

Os fragmentos póstumos nos mostram Nietzsche refletindo sobre o substrato de seu pathos – substrato sempre movente. Mas nesse face a face consigo mesmo, sua prospecção não pretende dominar o que aí se move: ao contrário, procura se conformar ao movimento subterrâneo; pois ninguém *escolheu* nascer *tal e qual*. O que escolheu permanece fora de quem quer que seja – “fora” que designamos como *fatum*.

Desde que se trata de elaborar sua expressão para se dirigir a seus contemporâneos, Nietzsche se desvia dessas hiâncias e retoma quase imediatamente os hábitos cotidianos de discussão, hábitos completamente baseados nos “*preconceitos dos sentimentos*”.

No entanto, ao readotar espontaneamente a linguagem destes *preconceitos* ele não pode deixar de desenvolver os seus próprios nem pode evitar tratá-los, aparentemente, enquanto *conceitos*. Daí que seu discurso, tomando partido do fundo, *incoerente* e arbitrário em relação ao intelecto, deva fingir defender a *coerência coercitiva no nível da receptividade intelectual*.

Em *Além do bem e do mal*, Nietzsche declara que a *coerção intelectual* é a verdadeira lei criadora da natureza, *não a liberdade*. O intelecto é um *impulso* coercitivo e seletivo – *devido às suas ilusões*.

Assim, ele assimila à *vontade de potência* – enquanto *impulsão primordial* (onde não há nem coerência nem incoerência) – as formas coerentes do classicismo enquanto expressão suprema da vontade de potência até então.

No “classicismo”, no “grande estilo” que envolve, para Nietzsche, tanto o olhar frio dos “psicólogos” e dos potentados “maquiavélicos” quanto o rigor dos artistas, esta coerência só pôde reinar porque era apreciada como *garantida pelo intelecto*. Este não era então, de nenhum modo, considerado como *impulso* seletivo – mas como antípoda do mundo pulsional. Desde que não é mais do que um instrumento a serviço do inconsciente, o que se torna a coerência conceitual?

O pensamento de Nietzsche vigia sem descanso a concorrência entre a coerção *arbitrária* que exerce a liberdade pulsional e a coerção *persuasiva* do intelecto: este último sendo, por seu lado, definido como impulso.

Qual o gênero de discurso que estabeleceria uma “coerência” com o fato pulsional, se este último é *invocado* como *fim*, uma vez que o produtor do “conceito”, o intelecto, serviria de *instrumento* para a “incoerência” arbitrária? Ora não podemos falar do fato a não ser *segundo o intelecto*.

Como traduzir a liberdade arbitrária do fundo ininteligível em coerção *persuasiva*? O

discurso não seria simplesmente arbitrário e desprovido de exigência? Sem dúvida, se a forma conceitual for mantida. É preciso, portanto, que esta forma reproduza, de acordo com as flutuações pulsionais, de modo totalmente *desconexo*, a descontinuidade que intervém entre a coerência do intelecto e a incoerência pulsional e que, em vez de perseguir o nascimento do conceito no nível do intelecto, ela venha interpretá-lo.

“Não devemos dissimular nem negligenciar o *fato* de que nossos pensamentos nos chegam de maneira fortuita. Sem dúvida, os livros mais profundos, os mais inesgotáveis sempre terão algo do caráter aforístico e *súbito* (*subit*) dos *Pensées* de Pascal. As forças fermentantes e as apreciações permanecem por muito tempo sob a superfície: o que surge é a ação delas.”

Para que o discurso *evite recair no nível da coerência falaciosa*, é preciso se obrigar a um pensamento que não retorna absolutamente sobre si mesmo (sobre o intelecto) em algum edifício de pensamentos subsequentes, mas que atinja um limite em que ele põe um *fim a si mesmo*: conforme se revele eficaz, não mais como enunciado do intelecto, mas como *premeditação* de um ato. Neste caso, o pensamento só tem do intelecto a representação de um acontecimento possível – de uma ação (premeditada) em um duplo sentido: o pensamento sendo o ato do intelecto, o *ato de premeditar* – não mais um *novo* ato intelectual, mas um ato que *suspende* o intelecto –, procura (se) produzir (em) um *fato* – sobre o qual não conseguiria mais retornar enquanto pensamento, mas fato que lhe *advém* como acontecimento e assim lhe retorna mais uma vez como sua própria origem: algo resiste nele que o lança adiante – para seu ponto de partida.

Assim Nietzsche, remontando esse processo até a fonte, encontra aquilo de que o pensamento é apenas a sombra: a *força de resistir*. De fato, como se constitui o intelecto para que seu agente (*suppôt*<sup>1</sup>) seja capaz apenas de uma representação?

Toda representação é sempre somente uma reatualização de um acontecimento anterior ou a preparação reatualizante de um acontecimento futuro. Mas, por seu lado, o acontecimento é apenas o momento de um *continuum* que o agente isola em relação a si mesmo em sua representação, seja como *conclusão*, seja como *começo*. E, desde que o porta-voz reflete ele é somente conclusão ou começo de algo.

Toda mediação que nos chega é somente um traço de uma premeditação incorporada a nós, uma *pré-meditação de atos tornados “inúteis”* que nos constituiu, de modo que nossa representação nada mais faz do que *reatualizar* os acontecimentos prévios à nossa própria organização. Tal seria a origem da representação do intelecto e de seus produtos, de nossos pensamentos que nos afastam de *pré-meditar* novamente. Mas talvez haja uma outra origem da organização *particular* a cada um:

---

1 Seguimos a tradução para o inglês de Daniel Smith.(ISBN 0-8264-7719-4)

algo nela *resistiu* a certas ações exteriores. Algo em nós pôde, portanto, *resistir até agora*: não no nível da coerência do intelecto. Não seria uma nova *pré-meditação de atos por vir?*...<sup>1</sup>

O aforismo de Nietzsche tende, por consequência, a fazer do *próprio ato de pensar* sua virtude de resistência a toda “conceitualização” a mantê-lo aquém das “normas” do entendimento e, de substituir o que ele chamou de *valores* aos “conceitos” - todo conceito nunca foi outra coisa senão o traço de um ato *eficaz*, não para o próprio pensamento, mas para o triunfo de alguma força.

1 “O processo da vida só é possível porque não é necessário sempre recomeçar numerosas experiências, as quais já se encontram *incorporadas* de um modo ou de outro. – O problema da organização propriamente dito é este: '*Como a experiência é possível?*' Só temos uma forma de compreensão: o conceito – o caso geral no qual reside o caso particular. Em um caso, o geral, o típico nos parece pertencer à experiência ; – nesse sentido, tudo o que é “vivo” só nos parece concebível por meio do intelecto. *No entanto, há outra forma de compreensão*: – somente subsistem as organizações que *sabem se conservar e se defender de uma grande quantidade de ações exercidas sobre elas.*”

“É preciso reverter nossa noção de memória: ela é a soma viva de todas as experiências de toda a vida orgânica se ordenando, se formando reciprocamente, lutando entre elas, se simplificando, se condensando e se modificando em unidades numerosas. É preciso supor um processo que se comporta tal como a formação de conceitos *a partir de casos particulares*: o ato de evidenciar e de circunscrever o esquema fundamental e o de suprimir os traços marginais. – Na medida em que algo pode ainda ser invocado (lembrado) enquanto fato isolado, este algo não foi ainda incorporado ao conjunto: as experiências mais recentes flutuam na superfície. Sentimentos de inclinação, de repugnância, etc., são sintomas de que unidades já foram formadas; – nossos pretensos “instintos” são tais formações. Os pensamentos são o que há de mais superficial; apreciações que sobrevêm e se impõem de maneira incompreensível, tem mais profundidade: o prazer e o desprazer são ações de apreciação complexas regradas por instintos.”

Estes dois fragmentos se relacionam um com outro sem que isso apareça a primeira vista. O primeiro insiste sobre a incorporação da experiência, dando lugar a um “conceito” de generalidade: a *compreensão* conceitual – que torna supérflua a renovação de certo número de experiências – seria a única forma de compreensão. Mas Nietzsche visa *uma outra forma de compreensão* que estaria precisamente na origem das únicas organizações capazes de subsistir: a saber, a *resistência* a toda ação que se exerceria sobre ela vinda do exterior.

O segundo fragmento, sobre a natureza da memória, retoma, de algum modo, os argumentos do precedente, a partir da experiência incorporada – memória pulsional ordenando e eliminando à maneira da formação conceitual, *não mais enquanto conceito*, mas enquanto formação de *unidades pulsionais*. É precisamente a partir das pulsões assim agrupadas (dando lugar à inclinação, à repugnância) que surgem as apreciações – os juízos de valor – cuja gênese é incompreensível no nível superficial do pensamento. Enfim, os fragmentos explicam a forma de expressão aforística de Nietzsche. O aforismo da conta das unidades impulsivas atuantes, sua luta e seus amálgamas: é a própria linguagem do que resiste, a compreensão do que é incorporável, sem passar pelo intelecto.